



## AGENDA LEGISLATIVA 8 A 12 DE DEZEMBRO DE 2025

### CONGRESSO NACIONAL

**Terça-feira (09/12)**

**CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO** / Anexo II, Plenário 02, 10h00

**Reunião Deliberativa** - Tema: Votação dos Relatórios Setoriais - LOA 2026

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Terça-feira (09/12)**

**OUTROS EVENTOS** / Plenário da Câmara dos Deputados, 09h00

**Sessão Não Deliberativa Solene** - Tema: Homenagem ao Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria

**CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER** / A Definir, 10h00

**PL 5756/2023** - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), criando o vestiário feminino para empresas acima de 50 (cinquenta) funcionários para resguardar a privacidade e bem-estar das Mulheres. Item nº 9

Autor: Ely Santos (REPUBLICANOS/SP)

Relator: Erika Hilton (PSOL/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com Substitutivo.

**CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO** / Anexo II, Plenário 08, 14h00

**PL 2263/2025** - Acrescenta o art. 11-A a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para tipificar como ato de improbidade administrativa a conduta de agente público que, por ação ou omissão, cause vazamento ou risco indevido de exposição de dados pessoais, em violação à legislação de proteção de dados. Item nº 10

Autor: Rosângela Moro (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

**Parecer:** Pela aprovação deste.

**GTAMBDIG - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ESTUDAR E PROPOR SOLUÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE DIGITAL** / Anexo II, Ala A, Sala 172A, Superior, 14h00

**Reunião Técnica** - Tema: Reunião Técnica sobre o Relatório Final do Grupo de Trabalho

**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30**

**REQ 46/2025** - Requer audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 469 de 2024, que “acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir que provedores de conexão de internet instituem cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados”. Item nº 4

Convidados:

- Representante da Conexis Brasil Digital; e
- Representante da *Global System for Mobile Communications Association (GSMA)*.

Autor: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30**

**PLP 29/2022** - Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos Item nº 14

Explicação: propõe, entre outros, que os prazos para pagamento só se iniciam ou vencem em dias úteis, respeitando-se os feriados da União, do Estado e do Município onde for o domicílio tributário do sujeito passivo, independentemente da competência tributária do sujeito ativo.

Autor: Caroline de Toni (PL/SC)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PLP 63/2023, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com subemenda de redação.

**PLP 463/2017** - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer critérios para isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as exportações de serviços para o exterior do País. Item nº 15

Autor: Comissão de Assuntos Econômicos

Relator: Pedro Campos (PSB/PE)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

**PL 1513/2011** - Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública. Item nº 19

Explicação: define como licença livre a licença de direito autoral ou de software que permita que terceiros usufruam de direitos patrimoniais sobre certa obra como, especificamente, o direito de cópia, distribuição, transmissão, publicação, retransmissão, criação de obras derivadas, desde que preservado o direito de atribuição do autor, não vise vantagem comercial e as obras derivadas sejam licenciadas sob a mesma licença que a obra original.

Autor: Paulo Teixeira (PT/SP)

Relator: Helder Salomão (PT/ES)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Educação (CE), na forma da Subemenda Substitutiva da Comissão de Cultura (CCULT), com subemenda substitutiva.

**PL 3066/2025** - Institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e a Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Item nº 23

Autor: Osmar Terra (PL/RS)

Relator: Soraya Santos (PL/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**Quarta-feira (10/12)****CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 09h30**

**PL 5875/2013** - Acrescenta art. 47-A à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS). Item nº 1

Autor: Renan (MDB/AL)

Relator: Adriana Ventura (NOVO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, dos PLs 3154/2008, 5263/2009, 2031/2015, 2396/2019, 2397/2019, 2970/2020, 487/2021, 8750/2017, 2663/2019, 5309/2020, 7972/2014, 2634/2007, 9917/2018, 3814/2020, 4340/2021, 2240/2019, 2718/2021, 2930/2021, 3340/2021, 741/2022, 3600/2021, 65/2024, 2838/2021, 4571/2021, 3011/2023, 3409/2023, 4351/2023, 4498/2023, 1109/2022 e 3847/2024, apensados, do substitutivo adotado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), na forma do substitutivo.

**CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO** / Anexo II, Plenário 10, 10h00

**Comperecimento de Ministro(a) de Estado - Tema:** Ministro de Educação, Camilo Santana, presta esclarecimento sobre a Pasta

**CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** / Anexo II, Plenário 05, 10h00

**PL 58/2020** - Altera as disposições da Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012, artigo 11-A, para inserir o limite de remuneração dos serviços de plataforma digital. Item nº 13

Explicação: estabelece que a remuneração pelos serviços dos aplicativos ou outras plataformas digitais de transporte não excederá 20% do valor cobrado pelo serviço prestado pelo motorista ao passageiro.

Autor: Alexandre Frota (PROS/SP)

Relator: Vitor Lippi (PSDB/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com Substitutivo.

**CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO** / Anexo II, Plenário 12, 10h00

**Reunião Deliberativa - Tema:** Conhecimento do parecer do relator, Deputado Leo Prates, oferecido ao [Projeto de Lei nº 67/2025](#), que estabelece que a duração normal do trabalho não poderá exceder quarenta horas semanais e para garantir ao menos dois dias semanais de repouso remunerado aos trabalhadores.

**PL 2690/2025** - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para resgatar a assistência do sindicato nas rescisões do contrato de emprego, com a possibilidade de conferir quitação às parcelas não ressalvadas do contrato de emprego, inclusive nas conciliações firmadas perante Comissão de Conciliação Prévia Item nº 13

Explicação: Propõe alterações à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para restabelecer a obrigatoriedade da assistência sindical nas rescisões contratuais, possibilitando que o termo de quitação tenha eficácia plena, exceto nas parcelas expressamente ressalvadas. A proposta também prevê que essa assistência possa ocorrer por meios digitais, com validade jurídica, e regulamenta a forma de ressalvas, prazos de conciliação e consequências em caso de inadimplemento.

Autor: Paulinho da Força (SD/SP)

Relator: Neto Carletto (AVANTE/BA)

**Parecer:** Pela aprovação.

**CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** / Anexo II, Plenário 08, 10h00

**PL 494/2021** - Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica. Item nº 9

Autor: Carlos Chiodini (MDB/SC)

Relator: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste e dos PLs 1635/2024 e 2008/2024, apensados, com substitutivo.

**CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO** / Anexo II, Plenário 13, 11h00

**PL 3088/2024** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proteção dos trabalhadores frente ao uso da Inteligência Artificial (IA). Item nº 1

Explicação: Acrescenta capítulo à CLT para dispor sobre a proteção do trabalhador em face do uso da IA nas relações de trabalho. Entre outros, estabelece que a implementação de tecnologias deve priorizar a preservação de empregos, a proteção de dados pessoais e a privacidade dos trabalhadores, em alinhamento com legislações vigentes. Os empregadores que adotarem IA para seleção e promoção de funcionários devem informar os algoritmos utilizados, assegurando que esses sistemas sejam auditáveis e livres de discriminação. A lei também impõe a necessidade de capacitação dos empregados sobre o uso da tecnologia e estabelece critérios para o controle e avaliação de desempenho, enfatizando a importância da supervisão humana nas decisões. Prevê ações de requalificação dos trabalhadores cujas funções possam ser impactadas pela automação, bem como medidas para prevenir a saúde mental e física dos colaboradores.

Autor: Júnior Mano (PSB/CE)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**PL 898/2025** - Institui a Lei de Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento da Inteligência Artificial no Brasil e dá outras providências. Item nº 3

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**PL 3669/2025** - Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para ampliar o alcance da Política Nacional de Inovação a regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e instituir a Política Nacional de Centros de Inovação Regional (CIRs), com vistas ao desenvolvimento sustentável, tecnológico e social; dispõem sobre diretrizes, metas e instrumentos de implementação e dá outras providências.. Item nº 5

Autor: Samuel Viana (REPUBLICANOS/MG)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação.

#### **CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30**

**PL 214/2025** - Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre os valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) das estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina. Item nº 11

Explicação: "Altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação (em R\$), os Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e a Tabela de Valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional..." para "Altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação (em R\$), os Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e a Tabela de Valores da

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

Relator: Denise Pessoa (PT/RS)

**Parecer:** Pela rejeição.

#### **CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00**

**PL 4260/2020** - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral. Item nº 2

Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação.

#### **CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00**

**PL 1746/2015** - Acrescenta o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na Internet. Item nº 3

Explicação: veda a coleta de informações pessoais de crianças e adolescentes com o propósito de suporte a qualquer atividade relacionada a marketing.

Autor: Giovani Cherini (PL/RS)

Relator: Andreia Siqueira (MDB/PA)

**Parecer:** Pela aprovação deste e da Emenda Adotada pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), com substitutivo.

**Quinta-feira (11/12)**

---

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA** / Anexo II, Plenário 01, 10h00

**PL 5288/2019** - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica. Item nº 4

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

## SENADO FEDERAL

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal

**Quarta-feira (10/12)**, 14h00

**PRS 56/2025** - Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III - CE. Item nº 4

Autor: Comissão de Assuntos Econômicos

Relator: Pendente

**Parecer:** Pendente

**Terça-feira (09/12)**

---

**CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

**MSF 71/2025** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério das Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações, com objetivo de promover a expansão do acesso a conectividade em municípios onde há carência de infraestrutura de conectividade. Item nº 1

Autor: Presidência da República

Relator: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

**Parecer:** Pela aprovação, nos termos do PRS apresentado.

**MSF 73/2025** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Federativo para Governo e Infraestrutura Digital - PRODIGITAL. Item nº 2

Autor: Presidência da República

Relator: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

**Parecer:** Pela aprovação deste, nos termos do PRS apresentado.

**PL 4443/2025** - Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Item nº 4

Autor: Renan (MDB/AL)

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

**Parecer:** Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo apresentado.

**Quarta-feira (10/12)**

---

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 09h00

**PL 4752/2025** - Institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Item nº 3

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Parecer: Pela aprovação.

**Quinta-feira (11/12)**

---

**CTCIVIL - COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

**Audiência Pública - Tema:** Dar sequência aos debates sobre o tema de Responsabilidade Civil.

Convidados:

- Isabel Gallotti, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Fábio Floriano Melo Martins, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e diretor administrativo e financeiro do Instituto de Direito Privado;
- Gisela Sampaio da Cruz Guedes, professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e advogada;
- Juliana Cordeiro de Faria, professora associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FDUMG) e advogada;
- Representante de Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
- Luiz Fernando Dalla Martha, diretor de Conhecimento e Impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- José Roberto Castro Neves, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Fundação Getúlio Vargas-Rio (FGV-Rio) e advogado;
- Caitilin Sampaio, diretora do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e advogada;
- Rafael Viola, professor e advogado;
- Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Nelson Rosenvald, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e advogado;
- Flávio Tartuce, relator-geral do Anteprojeto de lei de reforma do Código Civil, advogado e professor; e
- Rosa Maria de Andrade Nery, relatora-geral do Anteprojeto de lei de reforma do Código Civil e professora.